



**DIGNÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR DA CAMARA MUNICIPAL DE ITAU DE MINAS -MG.**

**Procedimento n ° 01/2021.**

**Processo Administrativo Disciplinar.**

**ROBERTO GONÇALVES VIEIRA** já qualificado nos autos do procedimento acima referido, via de seu bastante procurador e advogado *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada dos documentos que ora seguem anexos ao procedimento acima referido, tendo vista os mesmos serem imprescindíveis para a elucidação dos fatos.

É de se ter em mente que, os referidos documentos foram conseguidos após a apresentação de defesa preliminar no presente procedimento, e se tratam de documentos novos.

Dessa forma, utilizando do permissivo legal previsto no artigo 435 do Código de Processo Civil, deverá ser deferida a juntada dos referidos documentos.

Vejamos o que estabelece o referido artigo.

**Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.**

**Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e**



DR. JIULIANO CORREA  
ADVOCACIA

**incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º.**

Dessa, requer a juntada dos referidos documentos no procedimento acima mencionado.

Termos em que,

Pede deferimento.

Itaú de Minas, 07 de outubro de 2022.



Giuliano Cezarino Corrêa

OAB/MG - 112.396



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
COMARCA DE PRATÁPOLIS



MUNICÍPIO DE ITAÚ DE MINAS  
DISTRITO DE ITAÚ DE MINAS

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO**

RUA JUVENTINO DIAS, 404 - CEP. 37.975-000 - FONE: (35) 3536-1823  
CARMEM S. AMARAL TORREZAN - MÁRCIO A. TORREZAN  
Oficial Escr. Substituto

**CERTIDÃO**

O CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE ITAÚ DE MINAS, por seu Escrevente Substituto, Sr. Márcio Antonio Torrezan, RG 13.676.890-8-SSP/SP, declara a pedido do Senhor Roberto Gonçalves Vieira, vereador eleito no presente mandato, e para todos os fins de direito, que até a presente data não foi Lavrada nesta Serventia Escritura de Doação na qual a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS-MG, CNPJ 23.767.031/0001-78, comparece como doadora para TREAT INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA, CNPJ 60.370.822/0001-96, doação autorizada pela Lei nº 1137, de 23 de Julho de 2021, autorizando a doação de 06 (seis) terrenos, caracterizados como LOTE-04, LOTE-05, LOTE-06, LOTE-07, LOTE-08 e LOTE-09, da QUADRA-A, todos localizados no DISTRITO INDUSTRIAL HERTZ APARECIDO KNAUF, certifico ainda que referidos terrenos já foram avaliados pela Secretaria de Fazenda da Receita Estadual, e emitido guia de recolhimento do imposto de transmissão, tendo sido passado a guia de recolhimento do ITCD para a donatária em Setembro de 2021, e até o momento não retornou com qualquer informação sobre o recolhimento. NADA MAIS.

Itaú de Minas-MG, 22 de Setembro de 2022



MÁRCIO ANTÔNIO TORREZAN  
ESCR. - SUBST. DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO  
ITAÚ DE MINAS - MG



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro Civil

Selo Consulta: FXZ82885  
Código de Segurança: 0506.3523.2467.6350



Quantidade de Atos praticados: 1  
1 (8401)

Ato(s) Praticado(s) por:

Emol: R\$25,01 - Tx.judic: R\$8,83 - Total: R\$33,84 - ISS R\$: 0,71  
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br/>





Escritura Pública de Declaração que faz  
**ETEVALDO DE CARVALHO SANTOS**,  
na declarada forma abaixo:

*Handwritten signature/initials.*

Saibam quantos esta **ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO** virem, que aos vinte (20) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e dois (2022), neste Distrito e Município de Itaú de Minas, Comarca de Pratápolis, Estado de Minas Gerais, em Cartório, e-mail: [cartorioitau@netmg.com.br](mailto:cartorioitau@netmg.com.br), perante mim Escrevente Substituto, compareceu como **OUTORGANTE DECLARANTE: ETEVALDO DE CARVALHO SANTOS**, brasileiro, casado, aposentado, CPF 207.955.216-34, RG 59809-MT/MG, residente e domiciliado neste município, na Rua João Kirchner, 688F, Centro; o declarante devidamente identificado conforme documentação apresentada, o que dou fé. E, perante mim Escrevente Substituto, por ele outorgante me foi declarado que: "Eu, Etevaldo de Carvalho Santos, venho a público e a quem possa interessar **DECLARAR** o seguinte: Que em determinado dia, em meados do ano de 2021, não recorro a data específica, tive conhecimento de que a prefeitura de Itaú de Minas teria feito uma doação de uma área para uma empresa de fora, tendo sido a mesma ocorrido as 'pressas', tendo tal fato causado estranheza a minha pessoa. Inconformado com tal situação, e por ter acesso mais fácil junto ao vereador **ROBERTO**, e, tendo o encontrado na porta de sua residência, o questionei sobre tal fato, tendo perguntado ao mesmo o que os vereadores teriam ganhado com isso, tendo direcionado essa pergunta ao referido vereador. Nesse momento e na minha presença, o vereador **ROBERTO** fez a pergunta para alguém em seu celular, não sabendo informar a quem teria sido direcionada a referida pergunta, tendo o vereador apenas dito que estava perto de uma pessoa e essa pessoa o teria questionado o que os vereadores teriam ganhado para agirem dessa forma, ou seja, de doarem juntamente com a prefeitura uma área para uma empresa de fora, as pressas da forma como foi feita. Após o vereador ter feito essa pergunta para alguém em seu celular, o vereador me disse que essa pergunta foi feito diretamente aos vereadores em um grupo de WhatsApp, e se teria algum problema, o que foi respondido de forma negativa por mim, ainda afirmando que teria vontade mesmo era de perguntar pessoalmente a todos os vereadores, porque achava isso errado. Sendo assim e por tal fato retratar a verdade do ocorrido declaro para todos os fins de direito, que o referido questionamento foi feito por mim, e não pelo vereador **ROBERTO**, como se expressa." Disse-me mais que faz esta Escritura de Declaração sob as penas da lei.- E, por ser a expressão máxima e essência da verdade, assim o declara.- Dou fé. A pedido do declarante lavrei esta Escritura de Declaração conforme suas declarações, a qual lhe sendo lida, achou conforme, outorgou, aceitou e assina na presença de mim Escrevente Substituto, ficando dispensadas as testemunhas de acordo com a letra "f" parágrafo 1º da Lei 6.952 de 06 de novembro de 1981 - (Escritura sem conteúdo financeiro). - Ficam arquivadas nesta